



MBPM

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO

Advocacia e Administração Judicial

[www.mbp.m.adv.br](http://www.mbp.m.adv.br)





**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

# RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Autos nº 0004541-20.2023.8.16.0044

11ª Vara Cível e Empresarial de Londrina

Grupo Klivan Confecções

Mês de referência contábil: **Janeiro/2026**

Mês de atualização processual: **Março/2026**



[www.mbp.m.adv.br](http://www.mbp.m.adv.br)





**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

O presente relatório foi elaborado com base nos documentos contábeis apresentados pelas Recuperandas e documentos complementares solicitados administrativamente.

## Sumário

- Histórico processual;
- Relatório mensal nos termos do art. 2<sup>a</sup> da Recomendação 72/CNJ;
- Questionário sobre duração dos atos processuais;
- Análise Econômico-Financeira.

[www.mbpm.adv.br](http://www.mbpm.adv.br)





**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 20/04/2023 as empresas D'ATRI Indústria e Comércio de Confecções Eireli e DSO Indústria e Comércio de Confecções Eireli, denominadas conjuntamente como Grupo Klivan Confecções, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial com fundamento no art. 47 da Lei 11.101/2005 (Seq. 1).

Em 24/04/2023 foi proferida decisão inicial em que o Ilmo. Julgador entendeu pela necessidade de constatação prévia (Seq. 13).

Na oportunidade, o Ilmo. Julgador nomeou o MBPM para o encargo, que foi prontamente aceito (Seq. 18). Em 02/05/2023 o MBPM apresentou o laudo de Constatação Prévia (Mov. 43).

Em 11/05/2023 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das empresas do Grupo Klivan (Mov. 57), tendo o MBPM sido nomeado para o encargo de Administrador Judicial, o que foi prontamente aceito, conforme termo de compromisso apresentado no Mov. 112.2 dos autos.





**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 17/07/2023 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial pela Recuperanda, no mov. 158.

Em 01/08/2023 foi apresentado o Relatório sobre o Plano de Recuperação Judicial pelo MBPM

Em 10/08/2023 foi disponibilizado o edital do artigo 52, §1º, 7º, §1º e 53, parágrafo único da Lei 11.101/2005, considerando-se publicado em 11/08/2023.

Em 12/09/2023 se encerrou o prazo para apresentação de objeções ao plano de recuperação judicial.

No mov. 206 foi deferido o pedido de prorrogação do Stay Period por mais 180 dias ou até a realização da Assembleia Geral de Credores.

No mov. 207 foi juntada a lista de credores da Administração Judicial.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNUS8 Z2AVD



**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Nos movimentos 211 e 222 foram apresentados RMAs pelo MBPM.

Em 20/12/2023, no mov. 224 foi apresentado relatório sobre visita realizada às instalações das Recuperandas.

No mov. 232 o MBPM apresenta manifestação reiterando o pedido de publicação do edital de que trata o art. 7º , §2º da Lei 11.101/2005.

No mov. 240, em 13 de março de 2024 foi expedido o edital de que trata o art. 7º , §2º da Lei 11.101/2005, iniciando o prazo para impugnações de crédito.

Nos movimentos 241, 242, 244 e 245 foram apresentadas/reiteradas objeções ao plano de recuperação judicial.

No mov. 243 foi confirmada a publicação do edital de que trata o art. 7º , §2º , da Lei 11.101/2005, cuja disponibilização se deu em 18/03/2024.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNU8 Z2AVD



**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

No Mov. 244 petição do Itaú Unibanco informando ter apresentado objeção ao plano de recuperação judicial no Mov. 178.

No Mov. 245 petição da Valorem - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial de objeção ao plano de recuperação judicial.

No Mov. 246 petição da Administração Judicial requerendo a convocação de assembleia geral de credores na modalidade virtual, tendo sugerido as datas de 01/07/2024 a 08/07/2024, primeira e segunda convocações, com início às 14h e credenciamento às 13h e requerendo a juntada do RMA relativo ao mês de novembro de 2023.

No Mov. 245 petição de Calixto Advogados Associados requerendo a habilitação nos autos.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNUS8 Z2AVD



**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

No Mov. 257 petição das Recuperandas requerendo a prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções individuais em face das Recuperandas até a apreciação do resultado da AGC pelo Juízo.

No Mov. 260 despacho determinando a manifestação da Administradora Judicial a respeito do pedido de prorrogação do stay period.

No Mov. 264 petição de TDB Têxtil Ltda. requerendo o cadastramento nos autos para recebimento de intimações.

No Mov. 265 petição do MBPM com manifestação favorável ao pedido de prorrogação do stay period.

No Mov. 269 acórdão do TJPR acerca de Agravo de Instrumento sobre a remuneração da Administradora Judicial.





**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

No Mov. 270 decisão que deferiu o pedido de prorrogação do stay period até a realização de AGC ou por mais 180 dias, o que ocorrer primeiro, a contar do término da suspensão deferido no Mov. 206.

Determinou que as Recuperandas comuniquem a suspensão, autorizou a convocação de AGC na modalidade virtual e determinou às Recuperandas que promovessem a contratação da plataforma indicada pela AJ.

Em 14/06/2024 indicação de novas datas para realização de AGC pela AJ, sendo 30/08/2024 (primeira convocação), às 14h, com credenciamento Às 13h30min e no dia 13/09/2024, às 14h, com credenciamento obrigatório às 13h30min e juntada de edital para publicação.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNUS8 Z2AVD



**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 20/06/2024 (Mov. 274) petição das Recuperandas informando estarem em tratativas para a contratação da plataforma para a realização da AGC.

Em 25/06/2024 (Mov. 275) disponibilizado o edital do art. 36, da Lei 11.101/2005, no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná.

Em 26/08/2024 juntada de documentos sigilosos pela Mercantil NP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multisetorial (Mov. 290).

Em 28/08/2024 petição de OXSS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados requerendo a juntada de credenciais nos autos (Mov. 292).

Em 28/08/2024 proferido despacho que determinou a manifestação do MBPM a respeito da petição e documentos de Mov. 290 (Mov. 293).



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNU8 Z2AVD



**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 30/08/2024 juntada ata de assembleia geral de credores realizada em primeira convocação e documentos a ela anexados, informando, por sua vez, que não houve instalação por ausência de quórum (Mov. 297).

Em 04/09/2024 o MBPM apresentou os RMAs referentes aos meses de janeiro a maio de 2024.

Em 16/09/2024 juntada ata de assembleia geral de credores realizada em segunda convocação e documentos a ela anexados, informando, por sua vez, que foi votada sua suspensão pelo prazo de 60 dias, com continuidade agendada para 06/12/2024 (Mov. 306).

Em 23/10/2024 o MBPM apresentou manifestação sobre os andamentos gerais do processo, bem como sobre os pedidos de participação em AGC em sua continuidade, formulados por credores que não estiveram presentes em segunda convocação.





**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 11/11/2024, as Recuperandas se manifestaram acerca da representação criminal provocada pelo credor MERCANTIL NP por suposta prática do crime de emissão de duplicata simulada. Em síntese, afirmaram que não se configurou nenhum das hipóteses para afastamento dos sócios.

Em 26/11/2024, (Mov. 340) foi deferida a tutela antecipada requerida pelas Recuperandas para que empresa ABVTEX emitisse a emissão da certificação com selo ouro em favor das Recuperandas, dispensando-se a apresentação das CNDs.

Na mesma decisão, foi também deferida, aos credores Banco Santander S/A e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE, a participação com direito de voto na assembleia geral de credores do dia 06/12/2024, mediante o credenciamento necessário.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNUS8 Z2AVD



**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 31/01/2025, no mov. 391, foi juntada a comunicação da tramitação dos autos de nº 0007962-52.2022.8.16.0044.

Em 20/02/2025, no mov. 398, foi certificada a redistribuição do feito ao Juízo 11ª Vara Cível e Empresarial de Londrina.

Em 10/03/2025, no mov. 401, foi juntado o detalhamento da ordem de bloqueio valores, deferida na execução fiscal de autos nº 5011634-62.2024.4.04.7001 que recaiu sobre R\$ 21.986,79, depositados nas contas bancárias da Recuperanda D'atri.

Em 25/03/2025, no mov. 410, as Recuperandas requereram a intimação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para que ela desse andamento à análise proposta de transação individual para satisfação do seu crédito tributário; e a intimação desta Administradora Judicial.

Em 25/03/2025, no mov. 412, o pedido de mov. 410 foi indeferido.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNU8 Z2AVD



**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 02/04/2025, no mov. 417, foi juntado o ofício expedido pela 01ª Vara do Trabalho de Apucarana, a respeito da possibilidade de satisfação do crédito devido pela Recuperanda à exequente Priscila Teixeira Ferreira da Paz nos próprios autos do processo de nº 0000371-11.2023.5.09.0089.

Em 07/04/2025, no mov. 422, foram opostos embargos de declaração pelas Recuperandas, nos quais alegaram haver omissão na decisão de mov. 412 em relação à possibilidade de intimação da União para que ela procedesse à análise da transação individual pretendida pelas Recuperandas.

Em 10/04/2025, no mov. 423, o MBPM apresentou parecer em relação ao pedido de mov 410 e à decisão de mov. 412, opinando pela intimação das Recuperandas para que juntassem aos autos os documentos que comprovassem o impacto da execução fiscal sobre seus contratos e seu faturamento. Em seguida, para que após a apuração do apresentado, o pedido de intimação à PGFN fosse reapreciado.





**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 10/04/2025, as Recuperandas pugnaram pela expedição de ofício para a Junta Comercial do Paraná e à Receita Federal, para que procedam a anotação da expressão “em Recuperação Judicial” após o nome empresarial das devedoras, como determina o art. 69 da Lei 11.101/2005.

Em 11/04/2025, no mov. 426, foi proferida a decisão negando provimento aos embargos de declaração apresentados em mov. 422 e nada obstante, acolhendo o parecer apresentado pelo MBPM em mov. 423.

Em 15/04/2025, no mov. 431, houve a resposta da Jucepar em relação ao ofício expedido em mov. 428, atestando o cumprimento da inclusão do termo “em recuperação judicial” no nome das Recuperandas.

Em 15/04/2025, no mov. 432, o MBPM se manifestou informando que se manifestará sobre o inquérito no momento da apresentação do relatório processual.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNUS8 Z2AVD



**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 15/04/2025, o MBPM, em atenção ao ofício expedido pela justiça do trabalho em mov. 417, opinou pela apreciação do Juízo do pedido de continuação da execução trabalhista nos autos de origem.

Em 22/04/2025, no mov. 434, o MBPM, apresentou parecer a respeito do ofício apresentado no mov. 417.

Em 23/04/2025, no mov. 435, as Recuperandas requereram a expedição de ofício para a Receita Federal, comunicando a existência deste processo de Recuperação Judicial, para que haja a anotação da expressão “em Recuperação Judicial” na razão social das devedoras.

Em 14/05/2025, no mov. 438, o pedido apresentado pelas recuperandas foi deferido, e foi determinada a intimação ao credor MERCANTIL NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL para manifestação acerca do parecer apresentado pelo MBPM no mov. 436.





**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 15/05/2025, no mov. 442 foi expedido o ofício à 1ª Vara do Trabalho de Apucarana informando a possibilidade de prosseguimento, nos autos 000371-11.2023.5.09.0089, da execução relativa aos honorários advocatícios sucumbenciais de natureza extraconcursal.

Em 19/05/2025, no mov. 445 foi expedido o ofício à Receita Federal para fins de inclusão do termo “em Recuperação Judicial” na razão social das Recuperandas.

Em 19/05/2025, no mov. 446, as credoras TDB TÊXTIL LTDA. e TIP TOP FRANQUIAS E LICENCIAMENTO STDB TÊXTIL LTDA informam a cessão de seus créditos em favor de Pompano Industria e Comércio Ltda.

Em 21/05/2025, no mov. 450, as Recuperandas manifestaram ciência em relação à decisão de mov. 438.

Em 22/05/2025, no mov. 453, a credora MERCANTIL NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL requereu a expedição de ofício ao D. Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma/Santa Catarina, nos autos do processo de n.º 500200819.2024.8.24.0020, para que autorize a habilitação do MBPM autos e acompanhar o andamento da investigação criminal.





**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 26/05/2025, no mov. 458, as Recuperandas apresentaram o comprovante de pagamento de custas processuais.

Em 26/05/2025, no mov. 459, o foi exarado parecer ministerial favorável à expedição de ofício dirigido ao Juízo da 1ª Vara Criminal de Criciúma/SC para que informe a fase atual do Inquérito Policial 5002008-19.2024.8.24.0020.

Em 16/07/2025, no mov. 465, foi proferida a decisão deferindo a retromencionada expedição de ofício, e determinando, na sequência a manifestação das Recuperandas, da credora MERCANTIL NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL e do MBPM.

Em 07/08/2025, no mov. 469, foi comprovado o pedido de atualização da razão social das Recuperandas.

Em 25/08/2025, no mov. 465, o MBPM apresentou parecer a respeito do ofício expedido pela 1ª Vara do Trabalho de Apucarana e sobre a cessão de crédito noticiada no mov. 446.





**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 26/05/2025, no mov. 458, as Recuperandas apresentaram o comprovante de pagamento de custas processuais.

Em 10/10/2025, no mov. 477, o Ministério Público informou aguardar a juntada de informação acerca do andamento do inquérito policial de autos nº 5002008-19.2024.8.24.0020.

Em 12/11/2025, no mov. 481, houve a juntada do ofício expedido à 2ª Vara da Fazenda Pública solicitando resposta a este Juízo acerca da fase atual do Inquérito Policial 5002008-19.2024.8.24.0020.

Em 17/11/2025, no mov. 482, houve a resposta ao ofício informando que processo foi redistribuído da unidade 1ª Vara Criminal de Criciúma para a unidade da Vara Regional de Criciúma, em 06/11/2024, e atualmente estão tramitando lá, desde então.

Em 17/11/2025, no mov. 483, houve a resposta ao ofício informando que processo foi redistribuído da unidade 1ª Vara Criminal de Criciúma para a unidade da Vara Regional de Criciúma, em 06/11/2024, e atualmente estão tramitando lá, desde então.





**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 10/12/2025, no mov. 485, MERCANTIL NP FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL requereu a intimação da Administradora Judicial para que esclareça se foi habilitada nos autos do Inquérito Policial de n.º 5002008-19.2024.8.24.0020.

Em 12/12/2025, no mov. 486, o MBPM informou a necessidade de conclusão do IP para averiguação de eventual atuação prejudicial à coletividade.

Em 12/12/2025, no mov. 486, o MBPM, na qualidade de Administradora Judicial, cumpriu intimação referente à resposta de ofício juntada em 17/11/2025, informando ciência de seu conteúdo e a necessidade de aguardar a conclusão do Inquérito Policial para averiguação de eventual atuação prejudicial à coletividade.

Em 07/01/2026, no mov. 487, Julia Meireles Trindade vinculou a Guia de Recolhimento de Custas nº 72763732-4, no valor de R\$ 66,85, referente a recurso de 2º grau.

Em 09/01/2026, no mov. 488, o Sistema PROJUDI registrou o pagamento da guia nº 72763732-4, no valor de R\$ 66,85, efetuado em 08/01/2026. Em 15/01/2026, no mov. 489, a 2ª Vara da Fazenda Pública de Apucarana encaminhou comunicação de ação vinculada referente ao proc. nº 0011290-63.2017.8.16.0044 (Cumprimento de Sentença — COPEL x Estado do Paraná/ECC Indústria e Comércio de Confecções), instruída com certidão do distribuidor confirmando a existência da recuperação judicial de D'Atri/ECC e com decisão daquele juízo solicitando informações sobre o trâmite e a fase processual da presente recuperação judicial.

Em 28/01/2026, no mov. 490, a Serventia remeteu os autos em carga à 1ª Promotoria de Justiça de Apucarana para manifestação, com prazo de 30 dias corridos.





**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 08/02/2026, no mov. 491, o Sistema PROJUDI confirmou a comunicação eletrônica ao Promotor de Justiça Gustavo Marcel Fernandes Marinho, com prazo de 30 dias corridos a partir de 09/02/2026, referente ao evento de juntada de resposta de ofício de 17/11/2025.

Em 02/03/2026, no mov. 492, o MBPM, na qualidade de Administradora Judicial, apresentou os Relatórios Mensais de Atividades do Grupo Klivan referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025 e janeiro de 2026, nos termos do art. 22, II, "c", da Lei 11.101/2005.

Em 10/03/2026, no mov. 493, o Promotor de Justiça Gustavo Marcel Fernandes Marinho manifestou-se concordando com a posição da Administradora Judicial e requerendo que seja aguardada a conclusão da investigação objeto do Inquérito Policial nº 5002008-19.2024.8.24.0020, em trâmite na 1ª Vara Criminal de Criciúma/SC.

Em 10/03/2026, no mov. 494, o Sistema PROJUDI registrou o retorno dos autos após carga no Ministério Público.

Em 16/03/2026, no mov. 495, a 7ª Vara Federal de Londrina (TRF4) encaminhou ofício urgente referente ao proc. nº 5011634-62.2024.4.04.7001, reiterando solicitação de providências nos autos da recuperação judicial conforme despacho do evento 28 daquele feito, instruído com documentos do SISBAJUD e memória de cálculo.

Em 16/03/2026, no mov. 496, a Serventia encaminhou os autos conclusos ao magistrado para decisão.



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV UXSHR GNU8 Z2AVD



**MBPM**

MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial

## Histórico Processual

Em 23/03/2026, no mov. 497, o juízo proferiu decisão determinando: (I) intimação da Administradora Judicial para manifestar-se sobre o pedido da Vara Federal (seq. 495) em 15 dias; (II) expedição de ofício à 1ª Vara Criminal de Criciúma/SC solicitando comunicação quando do encerramento do IP nº 5002008-19.2024.8.24.0020; e (III) retorno dos autos conclusos para deliberação após cumpridas as diligências. Decisão veiculada no DJEN em 10/04/2026.

Em 26/03/2026, no mov. 498, a 2ª Vara da Fazenda Pública de Apucarana encaminhou nova comunicação de ação vinculada referente ao proc. nº 0011290-63.2017.8.16.0044, instruída com certidão do distribuidor e decisão daquele juízo reiterando o pedido de informações sobre o trâmite e a fase processual atual da recuperação judicial.



# Relatório do Administrador Judicial - CNJ

---

- Há litisconsórcio ativo? **Sim**
- Este relatório é:
  - **Mensal**
    - Houve alteração da atividade empresarial? Não
    - Houve alteração da estrutura societária e dos órgãos de administração? Não
    - Houve abertura ou fechamento de estabelecimentos? Não
  - Quadro de funcionários
  - Número de Funcionários/colaboradores total: 60
  - Número de funcionários CLT: 60
  - Número de pessoas jurídicas: zero



## Relatório do Administrador Judicial - CNJ

---

- Análise dos dados contábeis e informações financeiras, informações obtidas para o relatório inicial:

• Ativo:	R\$ 5.475.802,00 (Ativo total, em mai-23)
• Passivo:	R\$ 17.893.451,22 (Passivo contábil: R\$ 4.546.189,00)
• Extraconcursal:	Não identificado até o presente momento
• Fiscal:	R\$ 12.891.213,23
• Inscrito na dívida ativa:	Não
• Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios:	Não identificado até o presente momento
• Alienação fiduciária:	Não identificado até o presente momento
• Arrendamento mercantil:	Não identificado até o presente momento
• Adiantamento de contrato de câmbio:	Não identificado até o presente momento
• Obrigação de fazer:	Não identificado até o presente momento
• Obrigação de entregar:	Não identificado até o presente momento
• Obrigação de dar:	Não identificado até o presente momento
• Obrigações líquidas:	Não identificado até o presente momento



# Relatório do Administrador Judicial - CNJ

---

- Pós Ajuizamento da RJ: ainda não levantado
  - i. Tributário:
  - ii. Trabalhista:
  - iii. Outros:
- Demonstração de resultados (evolução)
- Observações de análise de faturamento, índices de liquidez, receita x custo, receita x resultado:  
**Serão apresentados mais adiante no presente relatório**
- Diligência nos estabelecimentos da Recuperanda:  
**Foram apresentados no laudo de ev. 43 e indicam a plena atividade da Recuperanda.**
- Planilha de controle de pagamentos dos credores concursais:  
**Não aplicável no momento.**
  - Observações:



## CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

---

1. A devedora é:

- empresa de pequeno porte EPP
- microempresa (ME)
- empresa média
- empresa grande
- grupos de empresas**
- empresário individual

2. Houve litisconsórcio ativo:  **sim**  não

2.1. Em caso positivo: **2 litisconsortes ativos**

2.2. O Plano de recuperação foi  **unitário**  individualizado

3. Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo:

3.1. tributário  **sim**  não

3.2. demais créditos excluídos da RJ:  sim  **não**



## CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

---

4. Houve realização de constatação prévia:  sim ( ) não

4.1. Em caso positivo, a constatação foi concluída em **5 (cinco dias)**

5. O processamento foi deferido  sim ( ) não

5.1. Em caso positivo, em quanto tempo? **21 dias desde a distribuição da inicial**

5.2. Em caso positivo, houve emenda da inicial? ( ) sim  não

5.3. Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar:

( ) indeferimento para todos os litisconsortes;

( ) indeferimento para \_\_\_ (indicar número) litisconsortes

5.4. Em caso negativo, indicar fundamento legal para indeferimento: **Não se aplica.**



## CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

---

6. Qual o tempo decorrido entre:

- |   |               |
|---|---------------|
| 6.1. a distribuição da inicial e a relação de credores elaborada administrador judicial;                                      | 185 dias      |
| 6.2. a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada administrador judicial;                      | 164 dias      |
| 6.3. a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação; | 473 dias      |
| 6.4. a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores;                             | não se aplica |
| 6.5. a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores;        | não se aplica |
| 6.6. a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano).                                  | não se aplica |



## CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

- 6.7. a distribuição da inicial e a convolação em falência:
- 6.7.2. em caso de recuperação judicial concedida não se aplica
- 6.7.1. em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; não se aplica
- 6.7.2. em caso de recuperação judicial concedida; não se aplica
- 6.8. a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; não se aplica
- 6.9. a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; não se aplica
- 6.10. o tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial não se aplica  
(quando não convolada em falência);
7. Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58, §1º, da Lei 11.101/05 (cram down): ( ) sim ( ) não
8. Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: ( ) sim ( ) não
- 8.1. Em caso positivo, o plano foi: ( ) mantido integralmente ( ) mantido em parte ( ) anulado
9. Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): ( ) sim ( ) não



## CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

---

10. Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05:

sim  não

10.1. Em caso positivo, o leilão foi realizado:  antes  depois  antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação

10.2. Houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI:  sim  não 10.3. Na hipótese de recurso, a realização do leilão foi:  autorizada  rejeitada

11. Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05:  sim  não

11.1. Em caso positivo, a alienação foi realizada:  antes  depois  antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação

12. Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial:

sim  não

12.1. Em caso positivo, houve a outorga de garantia real  sim  não



## CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

---

12.2. Em caso de outorga, a garantia constituída foi ( ) alienação fiduciária ( ) cessão fiduciária ( ) hipoteca ( ) penhor ( ) outro direito real de garantia

13. Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial ( ) sim ( ) não

13.1. Em caso positivo, o pedido foi formulado:

\_\_\_ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial

\_\_\_ (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial

13.2. O plano modificativo foi: ( ) aprovado ( ) rejeitado

13.3. Em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: \_\_\_ (indicar número) dias

14. Indique a razão da convolação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.).



## CNJ - Questionários sobre a duração dos atos processuais

---

15. Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: **(X) sim** ( ) não

15.1. Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração: R\$ 8.461,54 (oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos)

15. 2: Indicar o valor total da remuneração fixada: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)



# Análise contábil – Janeiro/2026



## Observações iniciais

---

- Até Maio/2023 demonstrações contábeis inicialmente enviadas eram totalizadas desde Janeiro;
- Foram encaminhadas informações de Abril/23 com retificações apenas para fins de controle uma vez que a data inicial de confecção dos relatórios ocorre no mês de Maio.
- A partir de Junho/2023 as demonstrações vieram individualizadas, com cortes mensais de maneira a facilitar a obtenção de informações;
- Na DSO a movimentação é mínima no período, ficando evidente que não há operação, exceto pela receita decorrente de locação no importe de R\$ 25.000,00.



## D'ATRI – DRE | Mensal após ajuizamento

D'ATRI	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
RECEITA BRUTA	R\$ 2.038.324	R\$ 1.554.793	R\$ 2.055.820	R\$ 1.276.803	R\$ 717.593	R\$ 600.040
DEDUÇÕES	-R\$ 483.532	-R\$ 148.373	-R\$ 427.584	-R\$ 261.473	-R\$ 150.390	-R\$ 122.022
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 1.554.792	R\$ 1.406.420	R\$ 1.628.236	R\$ 1.015.330	R\$ 567.203	R\$ 478.019
CMV	-R\$ 1.025.631	-R\$ 772.346	-R\$ 1.120.084	-R\$ 689.679	-R\$ 250.954	-R\$ 209.955
LUCRO BRUTO	R\$ 529.160	R\$ 634.074	R\$ 508.153	R\$ 325.651	R\$ 316.250	R\$ 268.064
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 667.632	-R\$ 628.504	-R\$ 397.670	-R\$ 416.435	-R\$ 644.843	-R\$ 401.716
ADMINISTRATIVAS	-R\$ 630.566	-R\$ 608.031	-R\$ 368.122	-R\$ 407.844	-R\$ 597.758	-R\$ 373.589
TRIBUTÁRIAS	-R\$ 8.030	-R\$ 2.569	-R\$ 647	-R\$ 549	-R\$ 19.402	-R\$ 221
COM VENDA	-R\$ 4.037	-R\$ 17.903	-R\$ 3.900	-R\$ 8.041	-R\$ 2.682	-R\$ 2.906
ALUGUÉIS	-R\$ 25.000	-R\$ 25.000	-R\$ 25.000	-R\$ 25.000	-R\$ 25.000	-R\$ 25.000
RESULTADO OPERACIONAL	-R\$ 138.472	R\$ 5.570	R\$ 110.483	-R\$ 90.784	-R\$ 328.593	-R\$ 133.652
RESULTADO FINANCEIRO	-R\$ 17.660	-R\$ 33.221	-R\$ 33.256	-R\$ 32.181	-R\$ 24.243	-R\$ 20.941
RECEITA	R\$ -	R\$ 0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESA	-R\$ 17.660	-R\$ 33.221	-R\$ 33.256	-R\$ 32.181	-R\$ 24.243	-R\$ 20.941
OUTRA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	-R\$ 156.131	-R\$ 27.650	R\$ 77.226	-R\$ 122.965	-R\$ 352.837	-R\$ 154.593
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-R\$ 156.131	-R\$ 27.650	R\$ 77.226	-R\$ 122.965	-R\$ 352.837	-R\$ 154.593



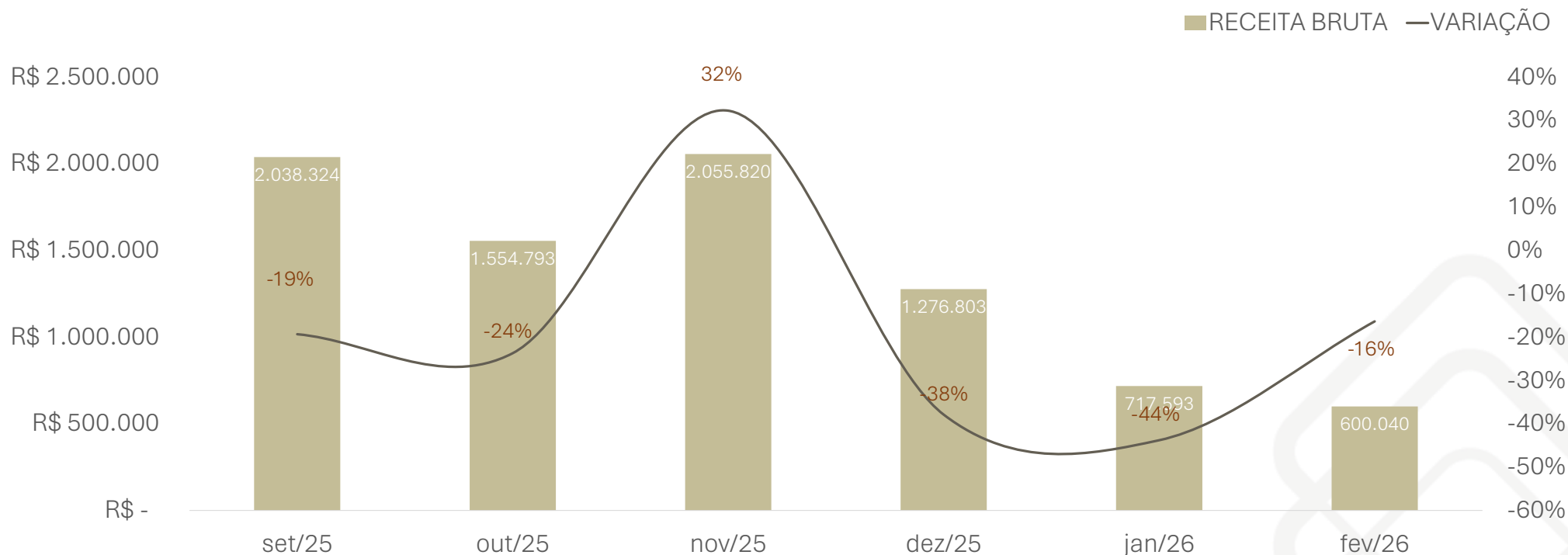
## DSO - DRE | Mensal após ajuizamento

DSO	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
RECEITA BRUTA	R\$ 25.000	R\$ 25.000	R\$ 25.000	R\$ 25.000	R\$ 25.000	R\$ 25.000
DEDUÇÕES	-R\$ 6.673	-R\$ 913	-R\$ 913	-R\$ 6.673	-R\$ 913	-R\$ 913
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 18.328	R\$ 24.088	R\$ 24.088	R\$ 18.328	R\$ 24.088	R\$ 24.088
CMV	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
LUCRO BRUTO	R\$ 18.328	R\$ 24.088	R\$ 24.088	R\$ 18.328	R\$ 24.088	R\$ 24.088
DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 25.676	-R\$ 25.390	-R\$ 26.582	-R\$ 25.273	-R\$ 23.957	-R\$ 25.269
ADMINISTRATIVAS	-R\$ 17.119	-R\$ 16.645	-R\$ 20.983	-R\$ 18.069	-R\$ 16.605	-R\$ 21.307
TRIBUTÁRIAS	-R\$ 8.556	-R\$ 8.746	-R\$ 5.600	-R\$ 7.203	-R\$ 7.352	-R\$ 3.962
RESULTADO OPERACIONAL	-R\$ 7.348	-R\$ 1.303	-R\$ 2.495	-R\$ 6.945	R\$ 130	-R\$ 1.181
RESULTADO FINANCEIRO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTRAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	-R\$ 7.348,02	-R\$ 1.302,66	-R\$ 2.494,94	-R\$ 6.945,17	R\$ 130,39	-R\$ 1.181,13
IRPJ/CSLL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-R\$ 7.348,02	-R\$ 1.302,66	-R\$ 2.494,94	-R\$ 6.945,17	R\$ 130,39	-R\$ 1.181,13



## D'ATRI – Receita Bruta | Comportamento no período

- Em Fevereiro/2026, a Receita Bruta totalizou R\$ 600.040,44, representando queda de 16,4% em relação a Janeiro/2026.
- O faturamento do mês permanece significativamente abaixo da média semestral (jul–dez/2025), com defasagem de 67,3%.

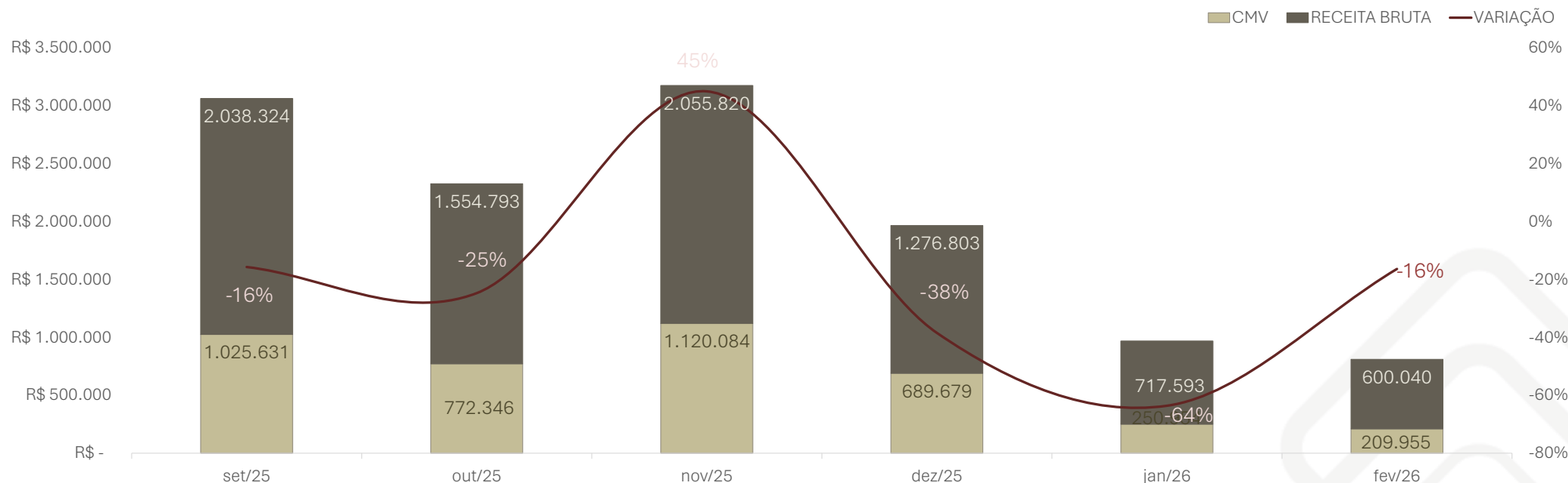


D'ATRI	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
RECEITA BRUTA	R\$ 2.038.324	R\$ 1.554.793	R\$ 2.055.820	R\$ 1.276.803	R\$ 717.593	R\$ 600.040
VARIAÇÃO	-19%	-24%	32%	-38%	-44%	-16%



## D'ATRI – CMV| Comportamento no período

- Em Fevereiro/2026, o CMV totalizou R\$ 209.955,26, com redução de 16,3% em relação a Janeiro/2026.
- A proporção entre o CMV e a Receita Líquida atingiu 43,9% no mês, representando leve melhora em relação a Janeiro/2026, quando a métrica era de 44,2%.

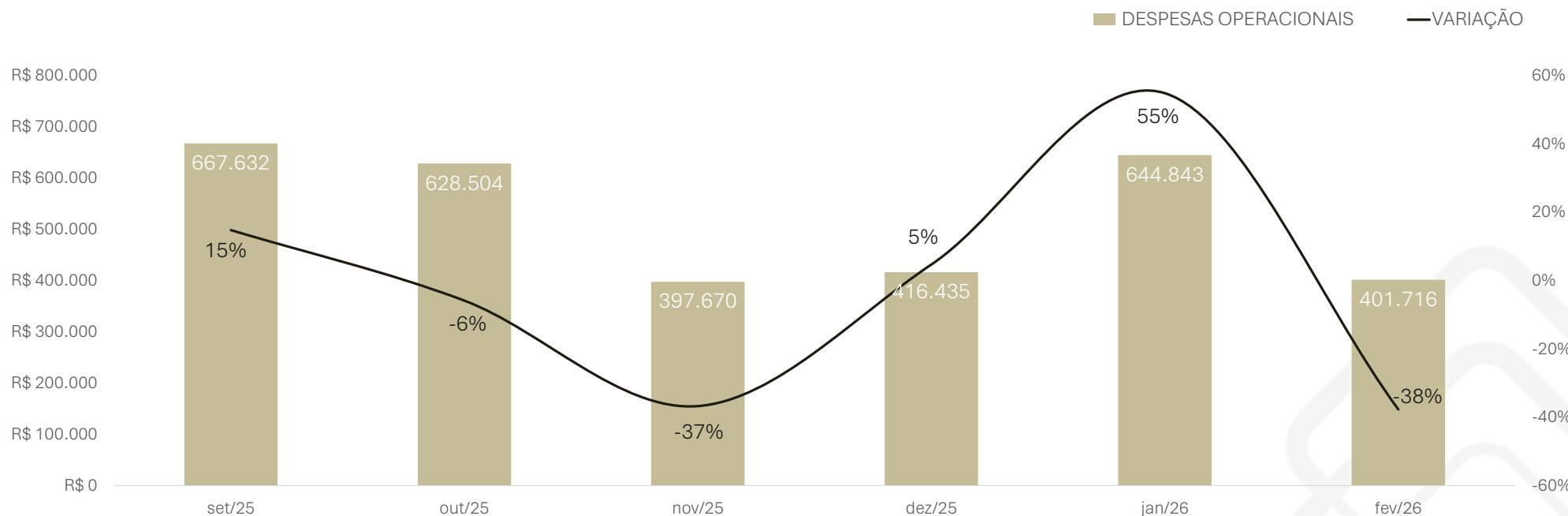


D'ATRI	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
CMV	R\$ 1.025.631	R\$ 772.346	R\$ 1.120.084	R\$ 689.679	R\$ 250.954	R\$ 209.955
RECEITA BRUTA	R\$ 2.038.324	R\$ 1.554.793	R\$ 2.055.820	R\$ 1.276.803	R\$ 717.593	R\$ 600.040
VARIAÇÃO	-16%	-25%	45%	-38%	-64%	-16%
PROPORÇÃO	50%	50%	54%	54%	35%	35%



## D'ATRI – Despesas Operacionais | Comportamento no período

- Em Fevereiro/2026, as despesas operacionais totalizaram R\$ 401.715,60, com redução de 37,7% em relação a Janeiro/2026.
- As Despesas Administrativas continuam sendo a principal rubrica, totalizando R\$ 373.589,10, com queda de 37,5% em relação ao mês anterior.

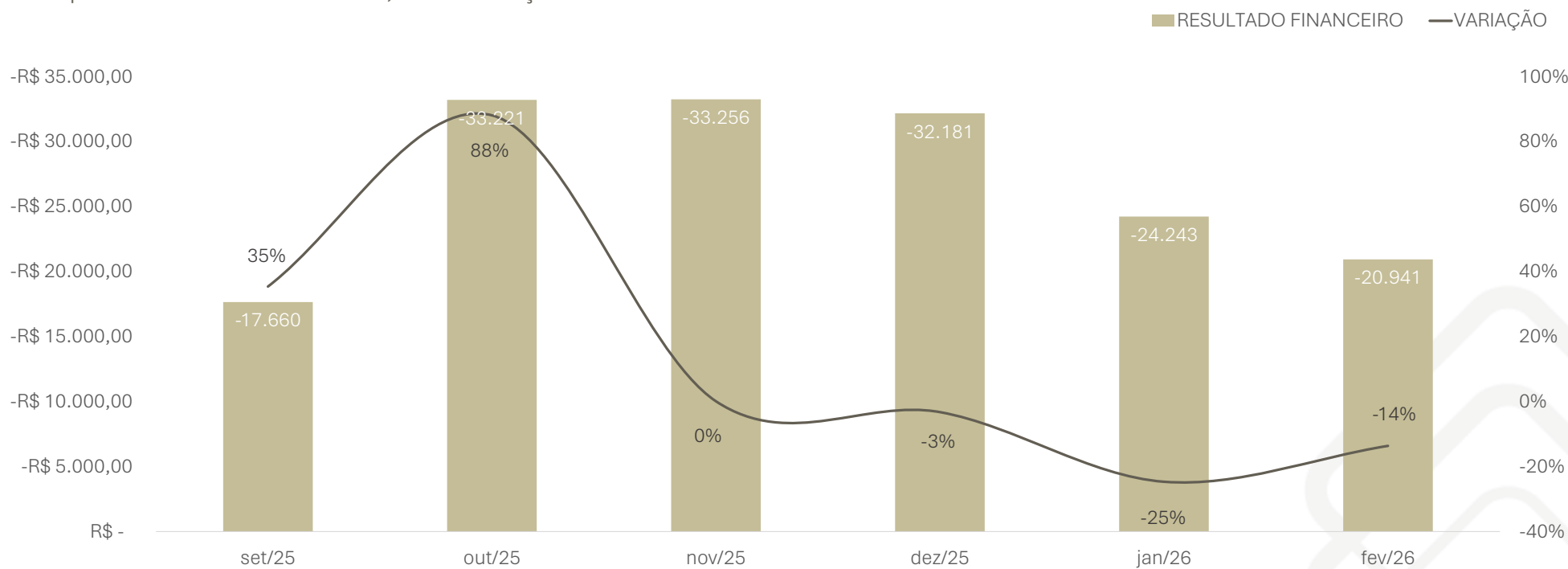


D'ATRI	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	R\$ 667.632,11	R\$ 628.503,99	R\$ 397.669,89	R\$ 416.434,63	R\$ 644.843,07	R\$ 401.715,60
<b>VARIAÇÃO</b>	15%	-6%	-37%	5%	55%	-38%
<b>PROPORÇÃO DA RECEITA BRUTA</b>	33%	40%	19%	33%	90%	67%



## D'ATRI – Resultado Financeiro| Comportamento no período

- Em Fevereiro/2026, o resultado financeiro negativo totalizou R\$ 20.940,63, composto integralmente por despesas financeiras, representando melhora de 13,6% em relação a Janeiro/2026.

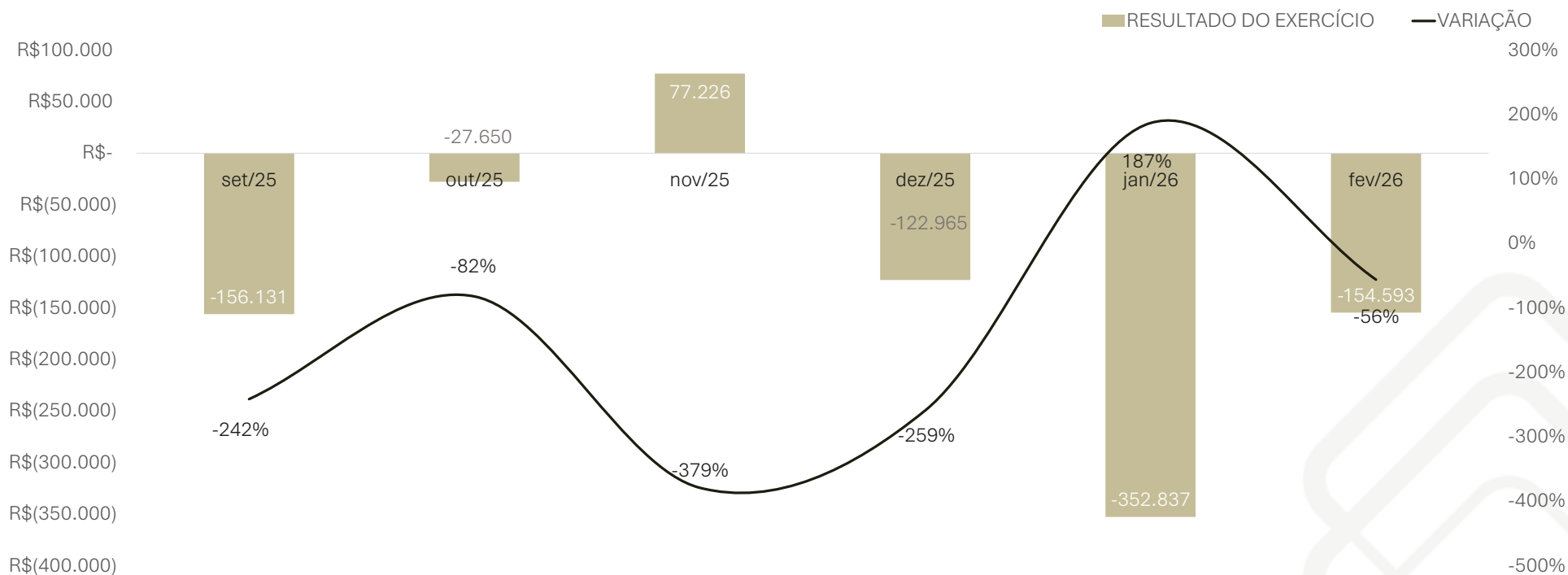


D'ATRI	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
RESULTADO FINANCEIRO	-R\$ 17.659,53	-R\$ 33.220,67	-R\$ 33.256,25	-R\$ 32.181,32	-R\$ 24.243,12	-R\$ 20.940,63
VARIAÇÃO	35%	88%	0%	-3%	-25%	-14%



## D'ATRI – Resultado Líquido| Comportamento no período

- Em Fevereiro/2026, a Recuperanda registrou prejuízo de R\$ 154.592,70, representando redução de 56,2% no prejuízo em relação a Janeiro/2026 (R\$ 352.836,51), impulsionada principalmente pela queda nas despesas operacionais.

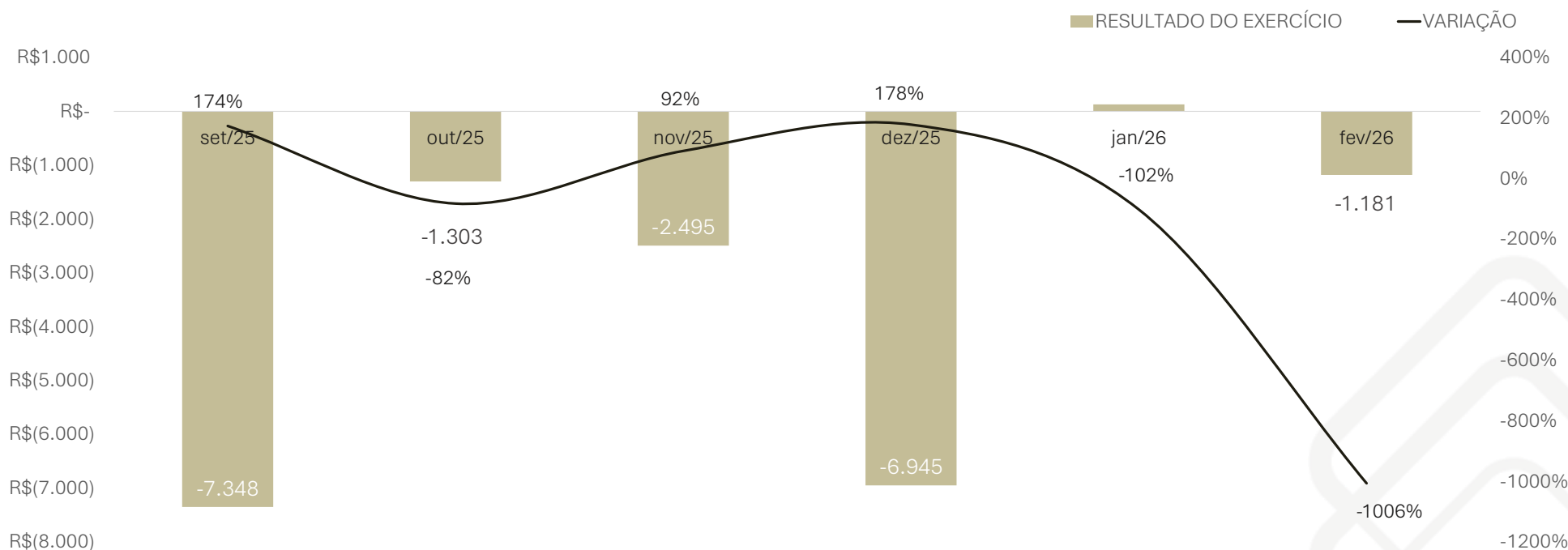


D'ATRI	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	-R\$ 156.131,45	-R\$ 27.650,30	R\$ 77.226,42	-R\$ 122.965,02	-R\$ 352.836,51	-R\$ 154.592,70
<b>VARIAÇÃO</b>	-242%	-82%	-379%	-259%	187%	-56%



## DSO – Resultado Líquido | Comportamento no período

- Em Fevereiro/2026, a DSO registrou prejuízo de R\$ 1.181,13, revertendo o resultado positivo de R\$ 130,39 apurado em Janeiro/2026. A receita permaneceu estável em R\$ 25.000,00, proveniente exclusivamente de aluguéis, tendo o resultado sido impactado pelo aumento nas despesas operacionais.



DSO	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-R\$ 7.348,02	-R\$ 1.302,66	-R\$ 2.494,94	-R\$ 6.945,17	R\$ 130,39	-R\$ 1.181,13
VARIAÇÃO	174%	-82%	92%	178%	-102%	-1006%



## D'ATRI – Balanço | Ativo

ATIVO	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 29.791.125</b>	<b>R\$ 30.187.307</b>	<b>R\$ 30.646.822</b>	<b>R\$ 31.273.969</b>	<b>R\$ 32.703.666</b>	<b>R\$ 32.674.552</b>
Disponível	R\$ 214.125	R\$ 144.212	R\$ 121.792	R\$ 156.539	R\$ 201.571	R\$ 154.216
Clientes	R\$ 14.864.187	R\$ 14.915.001	R\$ 15.360.449	R\$ 15.320.251	R\$ 14.702.192	R\$ 14.052.441
Estoques	R\$ 8.509.876	R\$ 8.939.424	R\$ 8.917.925	R\$ 9.554.196	R\$ 11.409.425	R\$ 12.034.236
Outros Créditos	R\$ 6.202.937	R\$ 6.188.670	R\$ 6.246.655	R\$ 6.242.984	R\$ 6.390.479	R\$ 6.433.660
<b>Real. Longo Prazo</b>	<b>R\$ 249.607</b>	<b>R\$ 248.972</b>	<b>R\$ 248.337</b>	<b>R\$ 247.702</b>	<b>R\$ 247.067</b>	<b>R\$ 246.432</b>
Imobilizado	R\$ 47.607	R\$ 46.972	R\$ 46.337	R\$ 45.702	R\$ 45.067	R\$ 44.432
Outros Créditos	R\$ 202.000	R\$ 202.000	R\$ 202.000	R\$ 202.000	R\$ 202.000	R\$ 202.000
<b>Ativo Total</b>	<b>R\$ 30.040.732</b>	<b>R\$ 30.436.280</b>	<b>R\$ 30.895.160</b>	<b>R\$ 31.521.672</b>	<b>R\$ 32.950.733</b>	<b>R\$ 32.920.984</b>

- Em Fevereiro/2026, o Ativo total permaneceu praticamente estável em R\$ 32,92 milhões, com variação de apenas -0,1% em relação a Janeiro/2026.
- No que tange ao Ativo Circulante, destaca-se a redução de 23,5% nas Disponibilidades (de R\$ 201 mil para R\$ 154 mil) e de 4,4% no saldo de Clientes (de R\$ 14,70 milhões para R\$ 14,05 milhões). Os Estoques cresceram 5,5%, passando de R\$ 11,41 milhões para R\$ 12,03 milhões.
- Em relação ao Ativo Não Circulante, não houve movimentação relevante. A redução do Imobilizado decorre de depreciação.



## D'ATRI – Balanço | Passivo

PASSIVO	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 43.393.503</b>	<b>R\$ 43.816.701</b>	<b>R\$ 44.377.676</b>	<b>R\$ 45.100.895</b>	<b>R\$ 46.860.195</b>	<b>R\$ 46.984.609</b>
Empréstimos/Financiamentos	R\$ 17.795.747	R\$ 17.724.465	R\$ 17.674.837	R\$ 17.671.209	R\$ 17.667.581	R\$ 17.687.608
Fornecedores	R\$ 7.756.990	R\$ 7.510.791	R\$ 7.998.833	R\$ 8.499.585	R\$ 9.372.292	R\$ -
Outras Obrigações	R\$ 14.018.112	R\$ 14.638.377	R\$ 14.773.377	R\$ 15.126.467	R\$ 15.941.137	R\$ 25.436.848
Obrigações Trabalhistas	R\$ 1.531.281	R\$ 1.639.167	R\$ 1.638.011	R\$ 1.526.041	R\$ 1.611.383	R\$ 1.650.885
Obrigações Fiscais	R\$ 2.291.374	R\$ 2.280.247	R\$ 2.268.964	R\$ 2.253.939	R\$ 2.244.148	R\$ 2.209.268
<b>Passivo LP</b>	<b>R\$ 668.491</b>	<b>R\$ 668.491</b>	<b>R\$ 668.491</b>	<b>R\$ 668.491</b>	<b>R\$ 668.491</b>	<b>R\$ 668.491</b>
Parcelamentos Fiscais	R\$ 431.306	R\$ 431.306	R\$ 431.306	R\$ 431.306	R\$ 431.306	R\$ 431.306
Débitos de Terceiros	R\$ 237.185	R\$ 237.185	R\$ 237.185	R\$ 237.185	R\$ 237.185	R\$ 237.185
PL	-R\$ 12.320.173	-R\$ 14.021.262	-R\$ 14.228.234	-R\$ 14.228.234	-R\$ 14.225.116	-R\$ 14.225.116
<b>Passivo Total</b>	<b>R\$ 31.741.821</b>	<b>R\$ 30.463.930</b>	<b>R\$ 30.817.933</b>	<b>R\$ 31.541.152</b>	<b>R\$ 33.303.570</b>	<b>R\$ 33.427.983</b>

- Em Fevereiro/2026, o Passivo Circulante cresceu 0,3%, totalizando R\$ 46,98 milhões. O dado mais relevante é o zeramento do saldo de Fornecedores (de R\$ 9,37 milhões em Janeiro para R\$ 0), com transferência para “Outras Obrigações”, que saltou 59,6% para R\$ 25,44 milhões.
- As Obrigações Trabalhistas cresceram 2,5%, os Empréstimos e Financiamentos permaneceram estáveis e as Obrigações Fiscais recuaram 1,6%.
- O Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido (-R\$ 14,22 milhões) não apresentaram movimentação.



## D'ATRI – Solvência e Liquidez

Critério	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
CCL (AC-PC)	-R\$ 13.602.378	-R\$ 13.629.393	-R\$ 13.730.854	-R\$ 13.826.926	-R\$ 14.156.529	-R\$ 14.310.057
ATIVOS OPERACIONAIS	R\$ 29.577.000	R\$ 30.043.095	R\$ 30.525.030	R\$ 31.117.431	R\$ 32.502.095	R\$ 32.520.336
PASSIVOS OPERACIONAIS	R\$ 25.597.757	R\$ 26.068.582	R\$ 26.679.185	R\$ 27.406.032	R\$ 29.168.960	R\$ 29.297.001
NCG (ACC-PCC)	R\$ 3.979.243	R\$ 3.974.513	R\$ 3.845.845	R\$ 3.711.399	R\$ 3.333.136	R\$ 3.223.335
SALDO TESOURARIA (CCL-NCG)	-R\$ 17.581.622	-R\$ 17.603.907	-R\$ 17.576.699	-R\$ 17.538.325	-R\$ 17.489.665	-R\$ 17.533.392
LIQUIDEZ (AC+ARLP)/(PC+PNC)	0,68	0,68	0,69	0,69	0,69	0,69
LIQUIDEZ CORRENTE (AC/PC)	0,69	0,69	0,69	0,69	0,70	0,70
LIQUIDEZ SECA (AC-ESTOQUES)/PC	0,49	0,48	0,49	0,48	0,45	0,44
PMRV	219	288	224	360	615	703
PMRE	249	347	239	416	1364	1720
PMPC	227	292	214	370	1120	0
CICLO OPERACIONAL	468	635	463	776	1979	2422
CICLO FINANCEIRO	241	343	249	406	858	2422
RENTABILIDADE S/ PL	0%	0%	0%	0%	0%	0%
RENTABILIDADE S/ ATIVOS	0%	0%	0%	0%	0%	0%



## D'ATRI – Solvência e Liquidez

- O CCL aprofunda-se ligeiramente para -R\$ 14,31 milhões (de -R\$ 14,16 milhões em Janeiro). Os ativos operacionais totalizam R\$ 32,52 milhões, enquanto os passivos operacionais somam R\$ 29,30 milhões.
- A NCG recua para R\$ 3,22 milhões (de R\$ 3,33 milhões em Janeiro), em decorrência do zeramento do saldo de Fornecedores, que distorce a estrutura do capital de giro. O Saldo de Tesouraria agrava-se marginalmente para -R\$ 17,53 milhões.
- A Liquidez Corrente recua para 0,6954 e a Liquidez Seca para 0,4393 — ambas abaixo de 1,0, confirmando a incapacidade de honrar obrigações correntes sem realização de estoques.
- O Ciclo Operacional salta para 2.422 dias (PMRE de 1.720 dias + PMRV de 703 dias). Com o zeramento do saldo de Fornecedores, o PMPC é zerado, fazendo o Ciclo Financeiro coincidir com o Ciclo Operacional (2.422 dias). Esses níveis são tecnicamente incompatíveis com operação normal e sugerem paralisação operacional ou distorção relevante na base de cálculo.
- A rentabilidade permanece zerada, impossibilitando a recomposição patrimonial.



## DSO – Balanço | Ativo

ATIVO	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 2.684.467</b>	<b>R\$ 2.659.256</b>	<b>R\$ 2.659.486</b>	<b>R\$ 2.661.511</b>	<b>R\$ 2.663.850</b>	<b>R\$ 2.664.117</b>
Disponível	R\$ 496.196	R\$ 496.199	R\$ 496.170	R\$ 496.169	R\$ 496.186	R\$ 496.244
Clientes	R\$ 279.112	R\$ 253.697	R\$ 253.697	R\$ 254.202	R\$ 254.994	R\$ 255.202
Estoques	R\$ 828.399	R\$ 828.399	R\$ 828.399	R\$ 828.399	R\$ 828.399	R\$ 828.399
Outros Créditos	R\$ 1.080.761	R\$ 1.080.961	R\$ 1.081.221	R\$ 1.082.741	R\$ 1.084.272	R\$ 1.084.272
<b>Real. Longo Prazo</b>	<b>R\$ 2.882.109</b>	<b>R\$ 2.882.109</b>	<b>R\$ 2.882.109</b>	<b>R\$ 2.882.109</b>	<b>R\$ 2.882.109</b>	<b>R\$ 2.882.109</b>
Imobilizado	R\$ 2.801.020	R\$ 2.801.020	R\$ 2.801.020	R\$ 2.801.020	R\$ 2.801.020	R\$ 2.801.020
<b>Ativo Total</b>	<b>R\$ 5.566.576</b>	<b>R\$ 5.541.365</b>	<b>R\$ 5.541.595</b>	<b>R\$ 5.543.620</b>	<b>R\$ 5.545.959</b>	<b>R\$ 5.546.226</b>

- Em Fevereiro/2026, não houve movimentação relevante no Ativo. O total permaneceu praticamente inalterado em R\$ 5,55 milhões.



## DSO – Balanço | Passivo

PASSIVO	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 6.851.555</b>	<b>R\$ 6.827.645</b>	<b>R\$ 6.829.256</b>	<b>R\$ 6.838.226</b>	<b>R\$ 6.840.434</b>	<b>R\$ 6.841.882</b>
Empréstimos/Finan	R\$ 3.009.604	R\$ 3.009.604	R\$ 3.009.604	R\$ 3.009.604	R\$ 3.009.604	R\$ 3.009.604
Fornecedores	R\$ 5.437	R\$ 5.437	R\$ 4.917	R\$ 6.633	R\$ 7.353	R\$ 7.153
Outras Obrigações	R\$ 28.056	R\$ 2.650	R\$ 3.010	R\$ 3.010	R\$ 3.010	R\$ 3.010
Obrigações Trabalhistas	R\$ 254.599	R\$ 255.747	R\$ 256.855	R\$ 258.003	R\$ 259.167	R\$ 260.198
Obrigações Fiscais	R\$ 3.553.858	R\$ 3.554.207	R\$ 3.554.869	R\$ 3.560.975	R\$ 3.561.299	R\$ 3.561.916
<b>Passivo LP</b>	<b>R\$ 3.975.595</b>	<b>R\$ 3.975.595</b>	<b>R\$ 3.975.595</b>	<b>R\$ 3.975.595</b>	<b>R\$ 3.975.595</b>	<b>R\$ 3.975.595</b>
Instituições Financeiras LP	R\$ 3.975.595	R\$ 3.395.595	R\$ 3.395.595	R\$ 3.395.595	R\$ 3.395.595	R\$ 3.395.595
<b>PL</b>	<b>-R\$ 5.240.573</b>	<b>-R\$ 5.260.573</b>	<b>-R\$ 5.261.876</b>	<b>-R\$ 5.261.876</b>	<b>-R\$ 5.270.201</b>	<b>-R\$ 5.270.201</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>R\$ 5.586.577</b>	<b>R\$ 5.542.667</b>	<b>R\$ 5.542.975</b>	<b>R\$ 5.551.945</b>	<b>R\$ 5.545.829</b>	<b>R\$ 5.547.277</b>

- Em Fevereiro/2026, no passivo circulante, houve variação marginal.
- As Obrigações Trabalhistas cresceram 0,4% e as Obrigações Fiscais apresentaram acréscimo irrelevável. O saldo de Fornecedores reduziu-se de R\$ 7.353 para R\$ 7.153.
- O Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido (-R\$ 5,27 milhões) não apresentaram movimentação.



## DSO – Solvência e Liquidez

Critério	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26
CCL (AC-PC)	-R\$ 4.167.087	-R\$ 4.168.390	-R\$ 4.169.769	-R\$ 4.176.715	-R\$ 4.176.584	-R\$ 4.177.765
ATIVOS OPERACIONAIS	R\$ 1.107.511	R\$ 1.082.096	R\$ 1.082.096	R\$ 1.082.601	R\$ 1.083.392	R\$ 1.083.601
PASSIVOS OPERACIONAIS	R\$ 3.841.950	R\$ 3.818.041	R\$ 3.819.651	R\$ 3.828.621	R\$ 3.830.830	R\$ 3.832.278
NCG (ACC-PCC)	-R\$ 2.734.439	-R\$ 2.735.945	-R\$ 2.737.555	-R\$ 2.746.020	-R\$ 2.747.437	-R\$ 2.748.677
SALDO TESOURARIA (CCL-NCG)	-R\$ 1.432.648	-R\$ 1.432.445	-R\$ 1.432.214	-R\$ 1.430.694	-R\$ 1.429.147	-R\$ 1.429.088
LIQUIDEZ (AC+ARLP)/(PC+PNC)	0,51	0,51	0,51	0,51	0,51	0,51
LIQUIDEZ CORRENTE (AC/PC)	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39
LIQUIDEZ SECA (AC-ESTOQUES)/PC	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27
RENTABILIDADE S/ PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RENTABILIDADE S/ ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

- Em Fevereiro/2026, o Ativo Operacional manteve-se estável em R\$ 1,08 milhão e o Passivo Operacional permaneceu em R\$ 3,83 milhões.
- A Necessidade de Capital de Giro permanece negativa em -R\$ 2,75 milhões, e o Saldo de Tesouraria se mantém em -R\$ 1,43 milhão, sem alteração relevante.
- O saldo negativo em Tesouraria indica que a Recuperanda utiliza recursos de longo prazo para custeio das atividades de curto prazo.



## Conclusões

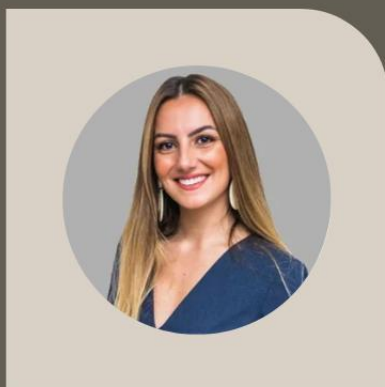
---

- Da análise dos documentos apresentados, verifica-se o atendimento formal e material às exigências legais no que concerne à escrita contábil, nos termos do art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005.
- Com base na documentação contábil referente a Fevereiro/2026, a D'ATRI registrou redução do prejuízo para R\$ 154.592,70 (queda de 56,2% em relação a Janeiro/2026), impulsionada pela compressão das despesas operacionais (-37,7%). A Receita Bruta, porém, recuou adicionalmente 16,4% e permanece 67,3% abaixo da média semestral de jul–dez/2025, indicando nível de faturamento ainda crítico.
- No Balanço Patrimonial, chama atenção o zeramento do saldo de Fornecedores (de R\$ 9,37 milhões para R\$ 0) com transferência integral para “Outras Obrigações” (+59,6%), o que distorce os indicadores de ciclo e sugere reclassificação contábil que merece esclarecimento. O CCL aprofunda-se para -R\$ 14,31 milhões e o Saldo de Tesouraria agrava-se para -R\$ 17,53 milhões.
- O Ciclo Operacional da D'ATRI salta para 2.422 dias — nível tecnicamente incompatível com operação normal no setor de confecção —, reflexo do alongamento de estoques (PMRE de 1.720 dias) e da dilatação do prazo médio de recebimento (PMRV de 703 dias). Com PMPC zerado, o Ciclo Financeiro coincide integralmente com o Operacional. A Liquidez Corrente (0,6954) e a Liquidez Seca (0,4393) permanecem abaixo de 1,0.
- A DSO não apresentou movimentação relevante no Ativo ou Passivo, mantendo CCL de -R\$ 4,18 milhões e NCG de -R\$ 2,75 milhões. O resultado do exercício reverteu para prejuízo de R\$ 1.181,13, com receita estável de aluguéis de R\$ 25.000,00.





**MBPM**  
MALUCELLI BARBOSA  
PORTUGAL MACEDO  
Advocacia e Administração Judicial



**GIOVANNA MACEDO**  
giovanna@mbpm.adv.br  
OAB/PR 77.053



**JÉSSICA BARBOSA**  
jessica@mbpm.adv.br  
OAB/PR 76.433

[www.mbpm.adv.br](http://www.mbpm.adv.br)

